

INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Orlando José de Assis¹
Adalberto Duarte Pereira Filho²
Janayna Paula Lima de Souza Santos³

RESUMO: O objetivo deste artigo é compreender o processo de inclusão de estudantes com deficiência intelectual na rede de ensino. Buscamos realizar uma sondagem para verificar se essa inclusão está realmente ocorrendo e analisar a prática pedagógica dos docentes. Além disso, propomos oferecer formação continuada aos professores e bem como disponibilizar recursos que possam ajudar na inclusão dos estudantes no ambiente escolar. Compreendemos que, no ambiente escolar, há grande desafio em trabalhar com alunos com deficiência intelectual (DI). Alguns docentes se sentem angustiados por não saberem como lidar com as dificuldades que esses estudantes apresentem, nem como superar tais obstáculos. Essas questões têm sido amplamente discutidas por alguns teóricos, da área que destacam a inexistência de um método único e eficaz. Assim, os professores enfrentam adversidades ao tentar encontrar métodos adequados e práticas pedagógicas que possam, de fato, promover a inclusão desses alunos nos espaços escolares.

Palavras-chaves: Inclusão. Deficiência Intelectual. Criança. Escola.

1

1 INTRODUÇÃO

Em 1970, ocorreram importantes debates e discussões entre pesquisadores como Maria de Lourdes Monção, Manuel Lourenço Filho, Helena Antipoff e Beatrice Souza Brito sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais nas redes públicas e privadas de ensino no Brasil. Atualmente, há diversos estudos que apoiam práticas inclusivas em instituições de ensino regular, assegurando que, em horários e turnos adequados, as crianças possam ser acompanhadas por uma equipe multidisciplinar.

Historicamente, o processo de inclusão no Brasil começou a ganhar visibilidade a partir da Declaração de Salamanca sobre Educação Inclusiva (ONU, 1994, p. 5). Seu princípio fundamental é que a escola inclusiva deve receber todas as crianças juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam apresentar. A escola deve reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto os

¹ UFAL

² UFAL.

³ UFAL.

estilos quanto os ritmos de aprendizagem. Além disso, deve assegurar uma educação de qualidade para todos, por meio de um currículo adequado, arranjos organizacionais eficientes, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade.

Nesse contexto, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNESCO, 1994, p. 3) afirma que todo ser humano com deficiência, no âmbito da educação, tem o direito de expressar suas dificuldades e necessidades para receber uma educação que atenda a essas demandas. "Os pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriada às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças" (ONU, 1994, p. 5).

Dessa forma, entendemos que as escolas precisam repensar suas práticas pedagógicas, buscando respeitar as dificuldades e necessidades de cada aluno, considerando seu ritmo e tempo de aprendizagem. Assim, é possível proporcionar uma educação inclusiva de qualidade, utilizando materiais didáticos e estratégias que promovam um aprendizado mais significativo para essas crianças.

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos e limitações de longo prazo, que podem ser de natureza mental, física, intelectual ou sensorial. Essas dificuldades podem impedir sua participação efetiva na sociedade em condições de igualdade com as demais pessoas ao seu redor.

2

Compreendemos que a inclusão de pessoas com deficiência é, de fato, um desafio global enfrentado por todas as nações. Trata-se de uma questão social, econômica e cultural que exige a colaboração de governos, organizações e da sociedade civil para garantir que essas pessoas tenham acesso igualitário a direitos e oportunidades. A sociedade precisa estar informada e preparada para acolher as demandas que chegam às escolas. Todos os envolvidos na gestão escolar necessitam de formação continuada para incluir essas crianças de forma integral.

A escolha desta temática surgiu a partir de inquietações e observações no ambiente escolar com alunos que enfrentam dificuldades e possuem necessidades especiais. O objetivo deste trabalho é compreender e refletir sobre como ocorre a inclusão de alunos com deficiências intelectuais, observando as práticas pedagógicas dos professores, os recursos disponíveis e as dificuldades enfrentadas no atendimento desse público-alvo.

A pesquisa é de natureza bibliográfica, conforme aponta Gil (2002, p. 44), que descreve esse tipo de pesquisa como aquela realizada com materiais elaborados por pesquisadores, como livros, revistas e artigos científicos, que serviram de base para este estudo.

Na pesquisa bibliográfica, o pesquisador não realiza a coleta de dados diretamente, como em entrevistas ou questionários, mas analisa informações já publicadas, identificando padrões,

lacunas e contribuições teóricas. Gil (2002) destaca que esse método é eficaz, pois permite ao pesquisador explorar uma vasta gama de fontes de conhecimento e oferece uma perspectiva mais ampla e consolidada sobre o tema, sem a necessidade de desenvolver novos experimentos ou estudos de campo.

No contexto da inclusão de pessoas com deficiência, a pesquisa bibliográfica pode ser especialmente útil. Ela possibilita uma análise comparativa de diferentes estudos, políticas públicas e iniciativas internacionais, observando como a inclusão tem sido tratada em diferentes países e contextos. Esse método também ajuda a identificar as melhores práticas, as dificuldades enfrentadas e as recomendações para superar os desafios relacionados à inclusão, como a acessibilidade, a formação de educadores, o desenvolvimento de tecnologias assistivas e a mudança de atitudes sociais.

Além disso, o levantamento bibliográfico permite que o pesquisador aprofunde o entendimento sobre convenções e legislações internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, além de políticas específicas adotadas por diferentes nações para promover a inclusão em áreas como educação, trabalho, saúde e participação social.

Assim, a pesquisa bibliográfica serve como um recurso fundamental para fundamentar teoricamente o estudo, fornecendo uma base sólida de informações que contribuem para a análise crítica e para a formulação de propostas visando melhorar a inclusão de pessoas com deficiência, um desafio global que afeta todas as nações.

2 PROCESSO DE INCLUSÃO

“Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passou a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBBEN, Lei nº 4.024/61, que assegura o direito dos ‘excepcionais’ à educação preferencialmente dentro do sistema geral de ensino” (SOUTO, 2014, p. 17). Em 1945, foi criada a Fundação Pestalozzi, assim como a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

Essas instituições são de grande importância por atuarem diretamente na inclusão social, educativa e profissional de pessoas com deficiência. Elas fornecem não apenas atendimento direto a essas pessoas, mas também lideram ações de conscientização, defesa de direitos e promoção de uma sociedade mais inclusiva e justa. Ao fazer isso, desempenham um papel vital no combate à exclusão e no desenvolvimento de uma sociedade que valoriza a diversidade e a dignidade de todos.

Nos períodos em que essas instituições foram criadas, as pessoas com deficiência eram frequentemente marginalizadas e excluídas da vida social e produtiva. O preconceito e a falta de infraestrutura para oferecer educação e assistência adequadas contribuíam para a invisibilidade dessas pessoas na sociedade. Tanto a Pestalozzi quanto a APAE surgiram como respostas a essa realidade, buscando garantir que as pessoas com deficiência tivessem acesso aos mesmos direitos que os demais cidadãos, como educação, saúde e trabalho.

Essas organizações representaram marcos importantes na luta pelos direitos das pessoas com deficiência, ajudando a mudar a mentalidade social e a implementar políticas públicas mais inclusivas. A criação da APAE e da Pestalozzi reflete, portanto, a necessidade de organizações que atuassem diretamente na inclusão social, na educação e na reabilitação das pessoas com deficiência, respondendo a uma demanda social que não era atendida pelo Estado e promovendo a defesa de seus direitos.

Funções de Ambas as Instituições:

1. **Educação Inclusiva:** Oferecem educação adaptada para pessoas com deficiência, promovendo seu desenvolvimento acadêmico e social.
2. **Reabilitação e Terapias:** Proporcionam tratamentos que ajudam no desenvolvimento físico e intelectual dos atendidos.
3. **Inclusão Profissional:** Desenvolvem programas de capacitação para inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
4. **Apoio às Famílias:** Oferecem suporte emocional e informacional às famílias, ajudando-as a lidar com os desafios da deficiência.
5. **Defesa de Direitos:** Atuam na promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência, lutando por políticas públicas inclusivas.
6. **Conscientização Social:** Promovem campanhas e ações para sensibilizar a sociedade sobre a importância da inclusão.

4

Ambas as instituições desempenham papéis fundamentais na construção de uma sociedade mais inclusiva, onde as pessoas com deficiência possam exercer plenamente seus direitos e participar de todas as áreas da vida social.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394 de 1996, em seu Capítulo V, aborda a Educação Especial, que contempla os alunos com deficiências na rede regular de ensino. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), nº 13.146 (2015, p. 9), em seu Art. 2º, reconhece que pessoas com deficiências são aquelas que têm impedimentos

de longo prazo e de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com uma ou mais barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Em 2008, foi contemplada a Política Nacional de Educação Especial, visando a Educação Inclusiva, com foco no acesso dessas crianças na rede de ensino regular, garantindo uma educação especializada através da Sala de Recursos Multifuncionais (AEE), formação continuada de professores e de todos que fazem parte do quadro escolar, e a participação da família, entre outros. É importante compreender que a AEE tem como foco preparar recursos pedagógicos e facilitar a acessibilidade desses alunos, considerando suas especificidades.

Compreendemos que, no espaço escolar, alguns alunos enfrentam dificuldades de aprendizagem para compreender os conteúdos abordados pelos professores. Muitas vezes, esses estudantes se sentem incapazes e excluídos do ambiente escolar ao observar outros colegas se desenvolvendo, o que pode levar ao fracasso escolar. Portanto, é essencial que tanto as instituições de ensino quanto a família acolham esses estudantes da melhor forma possível.

Nesse sentido, Ropoli e colaboradores(as) (2010) enfatizam que “a inclusão rompe com os paradigmas que sustentam o conservadorismo das escolas, contestando os sistemas educacionais em seus fundamentos” (2010, p. 6). A autora questiona modelos padronizados e ideias que selecionam alguns alunos para frequentarem as escolas e excluem outros, não dando a oportunidade de se desenvolverem.

Para Silva e Elias (2022, p. 1), “a inclusão educacional tem como princípio que todos os alunos devem aprender juntos, preferencialmente em escolas regulares, independentemente das diferenças. A parceria família-escola é um fator de suma importância para o processo de inclusão”. No entanto, para que a inclusão aconteça de fato, é necessário que as instituições de ensino promovam a inclusão sem segregação dos alunos com capacidades de desenvolvimento e daqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem durante o processo educativo

FUNÇÕES DE AMBAS AS INSTITUIÇÕES:

1. **Educação Inclusiva:** Oferecem educação adaptada para pessoas com deficiência, promovendo seu desenvolvimento acadêmico e social.
2. **Reabilitação e Terapias:** Proporcionam tratamentos que ajudam no desenvolvimento físico e intelectual dos atendidos.
3. **Inclusão Profissional:** Desenvolvem programas de capacitação para a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

4. **Apoio às Famílias:** Oferecem suporte emocional e informacional às famílias, ajudando-as a lidar com os desafios da deficiência.
5. **Defesa de Direitos:** Atuam na promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência, lutando por políticas públicas inclusivas.
6. **Conscientização Social:** Promovem campanhas e ações para sensibilizar a sociedade sobre a importância da inclusão.

Ambas as instituições desempenham papéis fundamentais na construção de uma sociedade mais inclusiva, onde as pessoas com deficiência possam exercer plenamente seus direitos e participar de todas as áreas da vida social.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394 de 1996, em seu Capítulo V, aborda a Educação Especial, que contempla os alunos com deficiências na rede regular de ensino. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), nº 13.146 (2015, p. 9), em seu Art. 2º, reconhece que pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo e de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com uma ou mais barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Em 2008, foi instituída a Política Nacional de Educação Especial, visando à Educação Inclusiva, com foco no acesso dessas crianças na rede de ensino regular, garantindo uma educação especializada por meio da Sala de Recursos Multifuncionais (AEE), formação continuada de professores e de todos que fazem parte do quadro escolar, e a participação da família, entre outros. É importante compreender que a AEE tem como foco preparar recursos pedagógicos e facilitar a acessibilidade desses alunos, considerando suas especificidades.

Compreendemos que, no espaço escolar, alguns alunos enfrentam dificuldades de aprendizagem para compreender os conteúdos abordados pelos professores. Muitas vezes, esses estudantes se sentem incapazes e excluídos do ambiente escolar ao observar outros colegas se desenvolvendo, o que pode levar ao fracasso escolar. Portanto, é essencial que tanto as instituições de ensino quanto as famílias acolham esses estudantes da melhor forma possível.

Nesse sentido, Ropoli e colaboradores(as) (2010) enfatizam que “a inclusão rompe com os paradigmas que sustentam o conservadorismo das escolas, contestando os sistemas educacionais em seus fundamentos” (2010, p. 6). A autora questiona modelos padronizados e ideias que selecionam alguns alunos para frequentarem as escolas e excluem outros, não dando a oportunidade de se desenvolverem.

Para Silva e Elias (2022, p. 1), “a inclusão educacional tem como princípio que todos os alunos devem aprender juntos, preferencialmente em escolas regulares, independentemente das diferenças. A parceria família-escola é um fator de suma importância para o processo de inclusão.” No entanto, para que a inclusão aconteça de fato, é necessário que as instituições de ensino promovam a inclusão sem segregação dos alunos com capacidades de desenvolvimento e daqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem durante o processo educativo.

De acordo com Silva e Elias (2022, p. 2), “ao pensar na educação de alunos com deficiência intelectual, faz-se necessária uma ação pedagógica adequada ao atendimento e às necessidades educacionais específicas; torna-se importante [...]”. Além do conhecimento sobre o processo de desenvolvimento e aprendizagem, é crucial criar estratégias pedagógicas que atendam às especificidades desse público-alvo. Mantoan (2003) aborda que:

"A inclusão total e irrestrita é uma oportunidade que temos para reverter a situação da maioria de nossas escolas, as quais atribuem aos alunos as deficiências que são do próprio ensino ministrado por elas. Sempre se avalia o que o aluno aprendeu, o que ele não sabe, mas raramente se analisa 'o que' e 'como' a escola ensina, de modo que os alunos não sejam penalizados pela repetência, evasão, discriminação, exclusão [...]."

Nesse contexto, os estudantes com deficiência intelectual devem ser tratados e respeitados de acordo com suas necessidades específicas, e a educação deve ser adequada para todos. Assim, é importante promover a inserção integral e plena, criando possibilidades e estratégias de ensino que atendam a todos dentro do espaço escolar.

7

“[...] postula uma reestruturação do sistema educacional, ou seja, uma mudança estrutural no ensino regular, cujo objetivo é fazer com que a escola se torne inclusiva, um espaço democrático e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais, baseando-se no princípio de que a diversidade deve não só ser aceita, como desejada” (BRASIL, 2001, apud p. 40).

Os estudantes com deficiência intelectual enfrentam desafios significativos no ambiente educacional, demandando uma abordagem distinta no processamento de avaliação, acompanhamento e inclusão. Nesta circunstância, é primordial entender as deficiências específicas desses estudantes e adotar critérios que proporcionem sua aprendizagem e avanço de forma plena e democrática.

Além disso, os alunos com deficiência intelectual enfrentam obstáculos quando se refere à avaliação escolar. É essencial que os docentes estejam cientes das diretrizes e práticas sugeridas para assegurar uma análise apropriada e justa para esses alunos.

Uma das principais táticas para garantir a inclusão escolar dos estudantes com deficiência intelectual é a adaptação do currículo e das atividades pedagógicas. É necessário adaptar as tarefas e os materiais didáticos de acordo com as necessidades intrínsecas de cada educando,

certificando-se, dessa maneira, do seu total progresso. A formação continuada é fundamental para que todos estejam qualificados para acolher, respeitar e motivar os alunos com deficiência intelectual.

Outro método importante é o diálogo entre os estudantes, incentivando a co-participação, a empatia e o respeito mútuo. Atividades que estimulem a inclusão e o envolvimento de todos, apesar de suas diferenças, são imprescindíveis para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo.

Estudantes com deficiência intelectual necessitam de apoio adicional para assegurar seu êxito no ambiente escolar (BRASIL, 2028). Para isso, os professores devem estar preparados para executar estratégias eficazes que atendam às demandas específicas desses estudantes. Uma das estratégias fundamentais é a adequação do currículo para que seja acessível a todos os discentes, incluindo aqueles com deficiência intelectual. Isso envolve a adaptação de materiais, o uso de recursos visuais e a divisão de tarefas complexas em etapas menores e mais compreensíveis.

Portanto, é essencial disponibilizar assistência individualizada. Isso permite que o estudante com deficiência intelectual receba o suporte necessário para desenvolver suas competências e superar obstáculos.

8

A definição de inclusão na esfera nacional direciona uma reflexão autêntica e pertinente sobre as transformações sociais do ponto de vista educativo. Para Mantoan (2003), “(...) a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, que não atinge apenas aqueles que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral” (p. 24).

Além disso, a inclusão envolve questões políticas, no sentido de agregação social, sendo, conforme Mantoan (2003), “(...) incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática” (p. 24). Assim, a inclusão relaciona-se ao atendimento dos estudantes com deficiência em um só meio social, sem segregação.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Atualmente, sabemos que a sociedade brasileira, de forma geral, tende a seguir padrões e perfis específicos para que as pessoas se ajustem. Quando algumas crianças fogem desses padrões e regras, elas são segregadas e excluídas socialmente.

Nesse sentido, Antun (2017, p. 1) aponta que: “As políticas e práticas de educação pautadas nos paradigmas da segregação e da integração historicamente responsabilizavam as próprias crianças e adolescentes com deficiência intelectual por seu ‘fracasso escolar’”. Além disso, a exclusão era baseada no diagnóstico. Ao longo dos anos, essa concepção de deficiência foi mudando, dando lugar a um modelo social.

A criança com deficiência intelectual (DI) geralmente apresenta problemas de adaptação e limitações nos ambientes, especialmente no contexto escolar. Muitas delas não conseguem interagir com os colegas, tanto em sala de aula quanto fora dela. As aprendizagens dos alunos com DI ocorrem de forma mais lenta e deve-se respeitar o seu tempo. Nesse sentido, a escola precisa estar alinhada com uma educação voltada para a inclusão dos alunos, de modo que cada estudante seja incluído de forma a atender suas necessidades e dificuldades, utilizando materiais e metodologias que realmente promovam o desenvolvimento e a aprendizagem dessas crianças (BRASIL, 2025).

Silva e Elias (2022, p. 3) complementam que: “Ao pensar na educação de alunos com deficiência intelectual, faz-se necessária uma ação pedagógica adequada ao atendimento das necessidades educacionais específicas”. Além disso, é necessário conhecer o processo de ensino e aprendizagem, entender as deficiências dos alunos e criar estratégias educacionais que realmente ajudem no desenvolvimento integral dessas crianças.

9

Silva e Elias (2022, p. 3) questionam: “Nesse cenário, são relevantes os estudos que busquem compreender o processo de inclusão educacional de forma integral e na perspectiva de diferentes atores envolvidos, buscando entender, além das dificuldades vivenciadas, os recursos que esses atores encontram para o enfrentamento das diversidades.”

É relevante compreender que os professores e a própria família têm dificuldades para identificar quem são as crianças com dificuldades de aprendizagem e aquelas que, muitas vezes, não prestam atenção na sala de aula. De acordo com Toledo e Vitaliano (2012, p. 322), alguns autores contextualizam que é importante “[...] rever valores e crenças existentes na organização dos serviços e na forma de perceber todos os alunos, e que é preciso mudar a forma de ensinar, apoiar e avaliar, levando-se em conta as necessidades individuais.”

Sendo assim, é necessário realizar um trabalho de formação dos professores com o objetivo de promover a inclusão dos alunos. Essa formação deve ser continuada e direcionada para os conhecimentos teóricos, relacionando-os com as práticas e experiências compartilhadas com outros professores. Além disso, é fundamental que toda a equipe, incluindo porteiros,

profissionais da sala de recursos, gestão, professores e outros, esteja preparada para atender às demandas que chegam às nossas escolas.

As crianças com DI necessitam de cuidados especiais e do apoio de toda a equipe multidisciplinar para possibilitar avanços significativos na superação de suas limitações. Os sujeitos com DI precisam de mais apoio no ambiente escolar, e toda a equipe da escola, junto com a equipe multidisciplinar, deve apoiar esses alunos de forma que possam superar suas dificuldades e limitações.

Além disso, é necessário criar várias estratégias de aprendizagem de acordo com as habilidades de cada criança, sempre buscando respeitar suas individualidades. Algumas crianças escrevem bem, outras fazem recortes bem e outras gostam de colagem; portanto, é importante trabalhar de forma colaborativa para que todos possam participar de atividades que ajudem na construção de seus conhecimentos. Assim, Toledo e Vitaliano (2012, p. 325) afirmam:

“De modo geral, as orientações sobre práticas pedagógicas inclusivas indicam a importância do trabalho em grupo organizado de modo cooperativo ou em pares, do cuidado com os recursos a serem utilizados, bem como a importância da proposição de situações de aprendizagem significativas e lúdicas.”

Nesse sentido, trabalhar de forma lúdica para o ensino e a aprendizagem é muito importante, visto que é por meio de materiais concretos, como jogos interativos e brincadeiras, que os alunos podem desenvolver sua mente e criatividade. Essas atividades proporcionam benefícios significativos para a interação entre os alunos e para a vida deles.

Portanto, as instituições escolares, sejam públicas ou privadas, devem respeitar as diferenças em seu ambiente, proporcionando aos alunos portadores de necessidades especiais aprendizagens que sejam realmente significativas para eles, sempre buscando respeitar a subjetividade de cada um.

É necessário que o professor esteja preparado para atender às necessidades dos alunos com recursos e materiais adequados. Para isso, o docente precisa fazer um planejamento prévio para estar preparado e alcançar os objetivos esperados. O lúdico é um ponto muito importante para trabalhar com as crianças, sejam elas especiais ou não.

Vale ressaltar que o lúdico não é o único caminho para a aprendizagem, mas sim um dos meios de se trabalhar, pois existem diversos recursos a serem utilizados no ambiente escolar. É sempre importante buscar parcerias entre a escola e o meio familiar.

4 PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

É importante compreender que os alunos com dificuldades de aprendizagem podem apresentar atrasos e prejuízos na assimilação de informações gerais. No entanto, é preciso entender que essas dificuldades não significam que o aluno não seja capaz de aprender; cada estudante tem seu próprio ritmo de aprendizagem e todos têm potencial para aprender.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (2024, p. 1), “dificuldades de aprendizagem precisam de intervenção na sala de aula e, quanto mais cedo ocorrerem a detecção e a atuação do profissional docente, menores serão as lacunas e os efeitos resultantes disso”. Os alunos nessa situação necessitam de apoio tanto da instituição de ensino quanto da família. Desenvolver estratégias de superação é um bom caminho para a construção da autoestima desses alunos.

Propostas de Estratégias:

1. **Atividades com Desenhos:** O professor pode realizar atividades com desenhos, imprimindo histórias e livros disponíveis para os alunos, para que observem as imagens e, em seguida, desenhem aquilo que compreenderam.
2. **Dificuldades de Disgrafia:** Para alunos com dificuldades de disgrafia, o professor pode trabalhar a leitura e a escrita de forma lúdica por meio de jogos de memória e do jogo da loteria ortográfica.
3. **Escrita com Rimas:** O professor pode disponibilizar atividades que envolvam o desenvolvimento e a aprendizagem através da escrita com rimas. Serão contadas histórias com textos e rimas curtas, e os estudantes serão incentivados a criar palavras que rimem. Também será solicitado que escrevam palavras curtas com terminações em -ar, -falar, etc.

“Trabalhar com estratégias de atividades lúdicas no ambiente escolar é importante porque propõe o desenvolvimento e a aprendizagem das habilidades [...] dentro das necessidades de cada aluno e também mostra a importância dos jogos em sala de aula, bem como todos os problemas e dificuldades de trabalhar com o lúdico” (BRASIL, 2013, p. 37). Nesse sentido, utilizar jogos de forma lúdica é um importante instrumento na busca de soluções para as dificuldades encontradas no ambiente escolar. Essas soluções ajudam a melhorar o desenvolvimento dos alunos no que se refere à leitura e à escrita.

É relevante compreender que crianças e adolescentes só constroem autonomia moral e intelectual em ambientes que possibilitem experiências e vivências significativas e que partam sempre de suas escolhas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devemos ter consciência de que, como docentes, é essencial combater a segregação em nossas instituições. Os obstáculos são necessários para que possamos prosseguir, desenvolver, crescer, enriquecer e evoluir em nossa prática.

Com a inclusão de estudantes com deficiência no ensino regular, os agrupamentos de alunos no contexto educacional tornaram-se mais heterogêneos. Um pequeno número de docentes pode sentir um incômodo visível devido às novas demandas sobre como implementar o ensino para todos os estudantes. Segundo Beyer (2006), este estado atual de salas de aula, com alunos que apresentam diferentes variações e necessidades de aprendizagem, deve ser conhecido pelos educadores. A teoria de Vygotsky aponta que:

"A criança desenvolve novas competências por causa da aproximação dos outros sociais, entendidos, por um lado, como novas apropriações semióticas (principalmente a linguagem) que a criança faz no grupo cultural, e, por outro, o adulto ou o par mais desenvolvido como mediador das novas competências" (BEYER, apud 2006, p. 12).

12

Esta citação destaca a importância do papel do educador como conciliador. O docente precisa estar atento ao estruturar equipes de trabalho, para que os alunos com diferentes níveis de qualificação possam colaborar, com os mais avançados servindo como mediadores para os demais.

Não devemos ter um olhar de piedade em relação às pessoas com deficiência, tratando-as como seres indefesos. É fundamental reconhecer e respeitar essas pessoas como seres humanos com suas próprias limitações, sem reduzi-las a uma condição de "coitadinhos".

A inclusão de crianças com deficiência intelectual é um direito garantido por lei e uma necessidade para garantir a equidade educacional. Embora existam desafios, é fundamental que as escolas e os profissionais de educação se empenhem em oferecer um ambiente inclusivo e acessível a todos os alunos. A formação continuada, o apoio da equipe multidisciplinar e o envolvimento da família são essenciais para promover uma inclusão efetiva e de qualidade.

REFERÊNCIAS

ANTUN, Raquel Paganelli. **O desenvolvimento de alunos com deficiência intelectual e o mito da idade mental**. In: Diversas. *Educação Inclusiva na Prática*. 2017.

AZEVEDO, Gilson Xavier de; LEMES, Lila Maria Spadoni. Distúrbios de aprendizagem: uma pesquisa bibliográfica. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n. 4, p. 22181-22192, abr. 2020.

BEYER, H. O. A educação inclusiva: ressignificando conceitos e práticas da educação especial. **Revista da Educação Especial**, Brasília, p. 8-12, ago. 2006.

BRASIL ESCOLA. **Inclusão escolar**: O que é, como aplicar, importância e desafios! 2023.

BRASIL. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**: deficiência física. Brasília, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1998.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília: MEC, 2013.

BURGSTALLER, S. Universal design in education: principles and applications. Seattle: University of Washington, 2009. Disponível em: <http://www.washington.edu/doit/sites/default/files/atoms/files/Universal-Design-Education-Principles-Applications.pdf>.

Federação Nacional das APAEs (Fenapae). *História e Missão da APAE*. Disponível em: <https://www.apaebrasil.org.br>.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. 25. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

Fundação Pestalozzi do Brasil. *História e Atuação da Fundação Pestalozzi*. Disponível em: <https://www.pestalozzi.org.br>.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIMA, Maria do Socorro; SOUSA, Leandro Quaresma de; BEZERRA, Selma Moreno. As dificuldades de aprendizagem de leitura e escrita no ensino fundamental e o seu contexto escolar. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, v. 3, n. 4, p. 27-43, 2020.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. **Inclusão Escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. 1. ed. (Coleção Cotidiano Escolar).

ONU. **Declaração de Salamanca:** sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. 1994.

SOUTO, Maricélia Tomaz de. **Educação Inclusiva no Brasil:** contexto histórico e contemporaneidade. 2014 Universidade Estadual da Paraíba